



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

IX LEGISLATURA (2010-2014)

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO DA 2.ª COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE 12 DE JANEIRO DE 2011

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Alcino Pinto

Secretário: Ex.^{mo} Sr. António Ramos

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião às 12 horas e 20 minutos.

A 2.ª Comissão Especializada Permanente deu continuidade à análise, na especialidade, das GOP e OGE para o ano económico de 2011 referente ao Ministério da Defesa e Segurança Pública. Fizeram uso da palavra, a diverso título, além do Sr. Ministro da Defesa e Segurança Pública (Carlos Stock), o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares e da Descentralização (Arlindo Ramos), o Sr. Ministro das

Finanças e Cooperação Internacional (Américo Ramos) e Sr. Director da Política de Defesa Nacional (Marçal Lima), em resposta às solicitações dos Srs. Deputados Guilherme Octaviano (MLSTP/PSD), António Ramos (MLSTP/PSD), Jorge Correia (PCD), António Barros (MLSTP/PSD) e Idalécio Quaresma (ADI)

O Sr. Presidente encerrou a reunião às 13 horas e 45 minutos.

O Sr. **Presidente** (Alcino Pinto): — Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 12 horas e 20 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Adilson Cabral Managem
Alexandre da Conceição Guadalupe
José da Graça Diogo
Martinho da Trindade Domingos

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social Democrata (MLSTP/PSD):

Alcino Martinho de Barros Pinto
António Afonso Ramos
António Neves Sacramento Barros
Guilherme Octaviano Viegas dos Ramos

Partido de Convergência Democrática (PCD):

Jorge Dias Correia

Srs. Deputados, Sr. Ministro da Defesa e Segurança Pública, em nome dos meus colegas da 2.ª Comissão dou-lhe as boas-vindas e aproveito a ocasião para lhe desejar um bom ano, quer a si como aos seus colaboradores.

Caros colegas Deputados, vamos dar início à análise do orçamento para o Ministério da Defesa e Segurança Pública, na ordem de 148 biliões de Dobras, correspondente a 4,77% do OGE.

As especificações estão aí feitas, daí que talvez não seja necessária, devido a clarificação das rubricas, alguma introdução do Sr. Ministro, não pretendo lhe retirar a palavra nesse sentido.

Caso o Sr. Ministro queira fazer uma introdução para especificar e situar o seu orçamento daríamos-lhe a palavra para o efeito, caso não seja necessário, passaríamos directamente às questões que constituem preocupação dos Srs. Deputados.

Tem a palavra o Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro da Defesa e Segurança Pública** (Carlos Stock): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, boa tarde.

Acho que não faz sentido termos que fazer uma abordagem exaustiva acerca do nosso orçamento. Por isso, penso que devemos dar início aos nossos trabalhos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, como fizemos anteriormente, têm a palavra para colocar as questões, propostas, dúvidas e pedidos de esclarecimentos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Octaviano.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, no âmbito da defesa nacional e segurança pública, vejo a questão inerente à escola de formação. Gostaria de saber se esta escola de formação, presumo que se refere à escola de formação interna. O montante que lhe é adstrito, será para cobertura de que tipo de despesas?

Entendo que a formação, mas uma vez repiso neste capítulo, porque é deveras importante e, principalmente, as nossas forças precisam de formação, capacitação, educação, acho que é importante este capítulo. Mas, para isso eu gostaria de saber para que serve essa questão concreta da escola de formação policial?

Outra questão, Sr. Presidente, tem a ver com a questão da aquisição de materiais de fardamentos. Também considero de extrema importância, apesar de agora vermos os polícias ataviados da melhor maneira. Já é uma mais-valia, mas não sei se esse montante que está aqui será suficiente.

O Sr. **Presidente**: — Mais questões, Srs. Deputados?

Não havendo, convidaria o Sr. Ministro a dar explicações às duas questões levantadas pelo Sr. Deputado Guilherme Octaviano.

Tem a palavra o Sr. Ministro da Defesa.

O Sr. **Ministro da Defesa e Segurança Pública**: — Sr. Presidente, respondendo à questão que é colocada pelo Sr. Deputado Guilherme Octaviano, devo dizer o seguinte:

É preocupação nossa criar uma escola de polícia em São Tomé e Príncipe. Isto porquê? Como vós sabeis, a cooperação não é uma coisa eterna.

Hoje temos os países que cooperam connosco, colocam à nossa disposição, em termos de formação, as nossas necessidades e aquelas em que eles próprios entendem que devem nos devem colocar e há-de chegar um momento em que isto vai acabar. E é bom que começemos a pensar nisso.

É só para verem. Com a crise financeira mundial, hoje, ao nível das forças, já estamos a ter limitações em termos de formação externa. Com isso entendemos, uma vez que a escola de formação policial é transversal, que todas as forças dos serviços de segurança estarão sob orientação da polícia nacional, na formação dos seus quadros.

Tendo nós uma escola em São Tomé e Príncipe, tendo já quadros superiores ao nível da Polícia, podemos começar já a materializar essas formações aos nossos agentes, aos nossos subchefes, incluindo também os oficiais e os próprios estágios.

Este valor de 14 biliões, ...

O Sr. Ministro das Finanças e Cooperação Internacional: (Américo Ramos): — 24 biliões!

O Orador: — 24.384.400.000 biliões de Dobras, além da escola de formação para a Polícia, ele também poderá ser afecto para reabilitação de alguns comandos distritais.

Estou a falar do distrito de Lembá, onde temos um comando que carece ser reabilitado, de Caué e mesmo o comando de Água-Grande. Esse valor, além da construção de uma escola de formação, poderia equipar essa escola e também poderia ser enquadrado para a reabilitação dos nossos comandos distritais.

Quanto ao fardamento, sabemos que sem ele, tanto a Polícia como as Forças Armadas não estariam em condições de responder às suas necessidades. Queremos dar uma nova imagem, sobretudo, à Polícia. Se formos ver, hoje encontramos algumas polícias, sobretudo os da ordem pública, com o mesmo tipo de fardamento que o «Grupo GIS», que é uma força de intervenção.

A política que temos, é tentar fazer com que a polícia seja identificada à vista de todos e qualquer um, com aquele uniforme, calça azul-escura e camisa azul-marinho e o «Grupo GIS» com o seu tipo de fardamento próprio de uma força de intervenção.

Para dizer que para nós esse valor referente aos fardamentos enquadra muito bem, em termos da aquisição de fardamentos.

Não sei se consegui dar respostas aos Srs. Deputados. É só para dizer que o orçamento é anual.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Octaviano.

O Sr. Guilherme Octaviano (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, quero agradecer ao Sr. Ministro e, se diz isso, fazemos fé.

Na esteira dessa questão, Sr. Ministro, porquê que ainda a levanto e sublinho a questão? Por exemplo: tanto quanto sei, vejo aqui «Reabilitação do Edifício da Região Autónoma do Príncipe», com a qual estou de acordo. Depois tem outro capítulo 2840, «Construção da residência para o Comandante da Região Militar do Príncipe», que também estou de acordo, mas não sei se o montante é, efectivamente, suficiente.

O quê que defendo? Mesmo com a nossa pequenez, acho que as instituições devem ser dignas e dignificadas. Por exemplo, em São Tomé parece-me que a instalação que o Comandante - Geral utiliza é algo improvisada. Digo isto numa perspectiva de começarmos a estudar agora, o que não quer dizer que, neste orçamento, venha já plasmado.

Por exemplo, vejo o comando distrital de Guadalupe, se um Hiace (automóvel) vem com velocidade é capaz de entrar lá para dentro.

Em Mé-Zóchi o comando já está bastante exíguo, tendo em conta o grupo de efectivos que tem.

Portanto, em termos de estudos e perspectivas, era bom que vissemos a questão da instalação, tanto do Comandante - Geral e dos outros distritos.

Segunda e última questão. Para ser coerente comigo mesmo, no início da reunião, quando estávamos a ver a Comunicação Social, tinha levantado uma questão que era do policiamento nalgumas instituições...

O Sr. Ministro da Defesa e Segurança Pública: — Não entendi.

O Orador: — Quando estávamos a discutir o capítulo inerente à Comunicação Social, eu tinha levantado a questão do policiamento, mormente TVS, Rádio Nacional, como são órgãos de garantia, eu gostaria de saber, em termos de efectividade, se o seu Ministério prevê essa garantia à essas instituições como manda a regra, tendo em conta o orçamento que temos agora em presença.

Digo isto por causa da autoridade do Estado e defesa das instituições, para o cumprimento de algumas regras internas.

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro da Defesa e Segurança Pública, aquando da resposta ao Sr. Deputado Guilherme Octaviano, fez referência na rubrica «escola de formação policial». Admitiu a possibilidade deste valor, que ronda quase 1 milhão de Euros, de poder atender-se a reabilitação de dois outros comandos.

Fez referência ao distrito de Lembá e, eventualmente, Caué. Não sei se, por uma questão de disciplina orçamental, este valor tem como finalidade, para além da construção da escola, também atender a reabilitação

dessas duas unidades. Se não fosse correcto, que houvesse, portanto, a discriminação específica desses dois sub-setores, para além da escola de formação militar, por um lado.

Por outro lado, hoje o Ministério é só um, tem a ver com as Forças Armadas, a Polícia e os sectores paramilitares. Aqui vemos «Aquisição de fardamentos», mas não está especificado se se destina às Forças Armadas apenas ou a ambos os sectores, talvez fosse necessário especificarmos isso, por uma questão de controlo e fiscalização da execução orçamental possamos ter dados mais objectivos.

Tem a palavra o Sr. Ministro, para responder.

O Sr. Ministro da Defesa e Segurança Pública: — Sr. Presidente, quanto à questão do valor, se contempla ou não. Este valor que cá está de 14 biliões...

O Sr. Ministro das Finanças e Cooperação Internacional: — 24 biliões.

O Sr. Ministro da Defesa e Segurança Pública: — 24 biliões, perdão, estou sempre nos 14 biliões. Portanto, é especificamente para a construção da escola de polícias.

O Sr. Presidente: — Não tem nada a ver com o comando de Caué?

O Sr. Ministro da Defesa e Segurança Pública: — Não, não tem nada a ver com Caué. Na hipótese de, é que levanto a questão de se poder atender também Caué.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Ramos para uma intervenção.

O Sr. António Ramos (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, provavelmente, o Sr. Ministro esqueceu-se, porque aqui fala-se de «Aquisição de fardamentos e equipamentos para serviços de bombeiros», e ainda vem «Aquisição de fardamentos e equipamentos de comunicação», temos ainda «Aquisição de fardamentos e botas», pelo menos eu tenho dificuldades em entender.

Tanto é que as fontes de financiamento que aqui vêm, temos Guiné - Equatorial e Líbia. Por isso, tenho dificuldades em perceber isso muito bem, saber para onde é que esses equipamentos vão e porquê.

O Sr. Ministro da Defesa e Segurança Pública: — Sr. Deputado, este é o Ministério da Defesa e Segurança Pública. E como defesa e segurança pública, só em termos de forças e serviços de segurança, temos uma série de instituições dentro.

Temos a Emigração e Fronteira, a Polícia Fiscal e Aduaneira, o Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros, a Polícia Nacional e os Serviços de Informação (SINFO).

Quero dizer o seguinte: por estar aí «Aquisição de fardamentos e equipamentos para serviços de bombeiros» está identificado a instituição dos serviços nacionais de protecção civil, que não funcionam se não tiverem fardamentos de trabalho.

Se for ver, temos «Aquisição de fardamentos e equipamentos de comunicação» e «Aquisição de fardamentos e botas». Temos os militares que precisam de fardamentos, botas e equipamentos de comunicação; a polícia e bombeiros que também precisam de fardamentos, botas e equipamentos de comunicação.

Por isso, aqui não especificamos por sectores porque, em termos de fardamentos, cada um tem a sua especificidade. Não faria sentido termos que dizer «precisamos de equipamentos para as forças armadas, precisamos de equipamentos para a polícia,...».

Como há uma especificidade diferente entre os serviços de protecção civil e os bombeiros em relação aos outros serviços, aí dissemos directamente que queríamos um valor para aquisição desses materiais.

Quanto às Forças Armadas, a Polícia Nacional e os outros serviços, a forma como ela está, quando entendermos comprar fardamentos para as Forças Armadas, compramos; quando precisarmos de comprar para a Polícia Nacional, compramos. O importante é ter esse dinheiro à disposição para esse efeito.

Não sei se ficou esclarecido.

O Sr. António Ramos (MLSTP/PSD): — Sr. Ministro, a minha preocupação era se há a possibilidade de especificar directamente...

O Sr. Ministro da Defesa e Segurança Pública: — Quer dizer: polícia, tal coisa...

O Sr. António Ramos (MLSTP/PSD): — Dizer «compra de equipamento para tal sector...».

O Sr. Ministro da Defesa e Segurança Pública: — Não, Sr. Deputado. Há uma necessidade anual de se comprar fardamentos. Por isso, acho que não faria sentido estar aí «compra de equipamentos para as forças armadas, para a polícia...», quando as necessidades são as mesmas, fardamentos e botas, sem os quais eles também não funcionam.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Octaviano.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, como tinha dito, aprecio o Sr. Ministro da Defesa, no bom sentido.

Murmúrios e risos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Defesa.

O Sr. **Ministro da Defesa e Segurança Pública**: — Sr. Presidente, quando o Sr. Deputado Guilherme Octaviano me perguntava se estamos em condições de ter em todas as instituições do Estado, temos como exemplo, a Assembleia Nacional, de termos polícias para assegurar, ou para manter a ordem nelas, devo dizer-lhe que não.

Porque se temos dificuldades de assegurar a ordem pública própria e termos que afectar polícias em todas as instituições do Estado, não é possível. Teríamos que fazer um novo recrutamento e seria necessário muita gente.

O que acho que as instituições terão que passar a fazer é a aquisição da segurança privada.

Agora, uma coisa que nos responsabilizamos em fazer, e já começamos, em algumas instituições do Estado que achamos que é preciso a presença da polícia, que fizéssemos um giro a *piad*. Termos elementos da polícia, sobretudo da polícia de intervenção, que é o «GIS», a passarem por todas aquelas instituições, fazendo valer a sua proximidade junto delas. Isso é o que começamos já a fazer, porque colocar polícias diante das instituições, não é possível.

Esvaziaremos as próprias necessidades centrais se começarmos a atender a todas as instituições. Não sei se respondi à pergunta do Sr. Deputado Octaviano.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Octaviano.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Sr. Ministro, entendi a sua explicação. Mas referia-me, concretamente, a alguns sectores tradicionais, como a Rádio Nacional, a Televisão e alguns ministérios, é nessa perspectiva. Mas de qualquer das maneiras subentendi o que disse o Sr. Ministro.

Para terminar, queria abordar outra questão. Como sugestão, Sr. Ministro, era bom que qualquer dia houvesse um debate promovido pelo Ministério da Defesa e Segurança sobre as questões de segurança, porque é de tamanha importância. Tenho acompanhado pela Comunicação Social, por exemplo, no caso do sector privado, a promoção da cultura alimentar para que haja maior produção alimentar, mas sabemos que há uma «gatunagem exacerbada», permitam-me usar essa linguagem grosseira, que é necessário conter e corrigir e muitas vezes eliminar de uma forma dura.

Sr. Ministro, sobre a questão dos Serviços de Migração e Fronteira, relativamente aos vistos. Actualmente estamos a fazer uma promoção muito acentuada do Turismo. Como sabe o Turismo tem sido uma das nossas alavancas fortes e o montante que se paga para obter vistos é reclamado como muito exagerado. Gostaria que comentasse essa questão. Para onde é que vão os fundos que são cobrados dos vistos?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Correia.

O Sr. **Jorge Correia** (PCD): — Sr. Presidente, peço desculpas, saí para tratar de um assunto, pensando que em cinco minutos estaria cá e tive que me atrasar. Daí que não sei se a pergunta que quero colocar já foi feita.

Vejo aqui no Ministério da Defesa a rubrica 3362 «Aquisição de materiais e equipamentos para serviços de defesa e ordem pública», fonte de financiamento, Líbia, e vejo logo a seguir outra rubrica com o mesmo número e com valores diferentes, na ordem de, aproximadamente, 600 000 Euros, que são 16. 000 milhões de Dobras, também da Líbia. Porque é que são duas rubricas? Será por lapso?

Murmúrios do Sr. Ministro da Defesa e Segurança Pública.

Os dois fundos vêm da Líbia, unicamente o código é que é diferente, um é 1019 e o outro 1119 e os dois têm idêntica rubrica. Não sei se o Sr. Presidente deu conta disso.

O Sr. Presidente: — Sim, sim.

O **Orador**: — Outro aspecto, aqui fala-se da «Construção de residência para o comandante distrital para a região do Príncipe», ...

O Sr. Presidente: — Já se viu essa questão.

O **Orador**: — Já? Está bem. Porque o montante que vejo aqui, cerca de 40 000 Euros, não sei se, realmente, daria para construir uma residência para esse efeito.

Vejo também outra aqui, «Reabilitação de edifício na Região Autónoma do Príncipe», será aquele edifício da cidade? Porque vejo também com o mesmo montante. Haverá projectos identificados, feitos previamente antes de tomar essa decisão?

Tenho uma outra questão a colocar: constou-me que temos dois pólos, um que sempre dizemos que queremos desenvolver que é o de Porto Alegre, mas parece-me que outrora os militares e a polícia tinham residências distintas. Está certo que somos um País pequeno, há a questão da contenção de despesas, há também a questão de fazer com que essas forças, quer militares quer paramilitares, tenham uma linguagem comum, mas são forças com posições diferentes.

Não digo antagónicas, mas, às vezes, chegam a ter situações não muito razoáveis. Neste momento, consta-me que essas duas forças vivem no mesmo sítio, portanto, chamemos «caserna», e que por causa disso o efectivo militar está deveras reduzido naquelas paragens. Gostaria de saber se é real, se não é possível, com aquelas casas que lá existem, reabilitar uma delas de modo a que cada uma dessas forças esteja no seu sítio.

São informações que me chegam, mas muitas vezes podem não ser as mais fidedignas. Gostaria de deixar isso para algum esclarecimento.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Barros.

O Sr. António Barros (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, é só para levantar uma questão. Com relação aos seguranças e condutores que não têm horários de saída enquanto estão de serviço. Será que recebem alguma compensação?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Ministro, para os devidos esclarecimentos.

O Sr. Ministro da Defesa e Segurança Pública: — Sr. Presidente, começando pela questão dos vistos, é só para dizer que existe uma lei que regula a atribuição de vistos. Se quisermos fazer alguma alteração terá que ser feita na base da lei, mas há questões específicas dentro dela que podemos analisar e já estamos a fazê-lo.

Estou a responder a uma questão que não vem e nem tem que vir, suponho, no orçamento. Mas vou dar resposta a ela. Essa questão já está a ser analisada e muito brevemente terei um encontro com o Sr. Ministro das Finanças para encontrarmos um mecanismo de diminuição do valor dos vistos que hoje é atribuído. Isso tem que ser uma questão conjunta entre os Ministros da Defesa e Segurança Pública e o das Finanças.

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro, um pedido de esclarecimento relativamente a essa questão. Está a referir-se ao visto como tal ou à emissão de passaportes?

O Sr. Ministro da Defesa e Segurança Pública: — Não, a questão dos vistos levantada pelo Sr. Deputado Octaviano. Ele disse que o montante dos vistos é bastante elevado e então essa questão está a ser já abordada entre os dois ministérios, porque tem que haver um despacho conjunto.

Respondendo à questão do Sr. Deputado Jorge Correia, quanto às duas rubricas que estão cá, 3362 - «Aquisição de materiais», houve uma falha nossa, mas já foi rectificado.

Devo dizer o seguinte: questões das forças são questões que é preciso saber como tratarmos. É verdade que estamos perante deputados, mas há questões que são do foro interno das forças que não podem todas elas ser públicas. Só para lhe dizer que isto tudo tem a ver com diversos materiais, desde os de aquartelamento, que chamamos de «especiais» pela sua própria natureza. Portanto, esses valores são para isso.

O Sr. Jorge Correia (PCD): — Sr. Ministro, peço desculpas, mas não estou interessado que me fale dos materiais. Sei que a questão do quartel é sigilosa, mas se estava a referir-me a isso é por causa da dispersão, de ter havido duas verbas com o mesmo número...

O Sr. Ministro da Defesa e Segurança Pública: — Já se fez a correcção!

O Sr. Jorge Correia (PCD): — Não quero que me explique a questão nesse contexto.

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro, deixe-me dizer-lhe que hoje as questões militares não podem ser tão tabus assim. É verdade que há questões de estratégias e de tácticas, que não se discute, mas nós, a Assembleia Nacional, ao aprovarmos a aquisição de materiais, por exemplo fala-se aqui de meios tácticos e operacionais, não se está a pedir a especificidade de armas, etc., deve-se ter a noção, se houver a necessidade, de saber o que se vai adquirir para as nossas Forças Armadas.

Deixe-me dizer-lhe que quando estivemos a analisar a componente do orçamento relativo à Defesa e segurança pública constatámos que o orçamento da Defesa subiu e o da Casa Parlamentar baixou. E isso, em termos teóricos, quando temos a Casa Parlamentar a enfraquecer e os chamados órgãos dissuasores de defesa, de repressão do Estado, a crescer estaríamos perante o muscular do sistema.

O Sr. Jorge Correia (PCD): — Exacto!

O Sr. Presidente: — Portanto, não estamos a pedir ao Sr. Ministro que nos fale da quantidade nem da especificidade das armas. Vimos o grande debate à volta da questão dos submarinos em Portugal, para a Cimeira da NATO, o caso dos carros blindados para as forças de segurança.

É preciso que tenhamos alguma ideia, não digo especificidade. Se nos puder brindar com algumas informações, aquelas elementares, para que enquanto parte do sistema da defesa do País – a defesa não são apenas os militares nem a ordem pública, engloba também os Deputados –, temos de ser parte da chamada «componente civil», como muitas vezes os senhores nos ensinam.

É preciso que sejamos esclarecidos e que sejamos parte desse processo.

O Sr. Ministro da Defesa e Segurança Pública: — Quando eu dizia que as forças têm as suas especificidades, que toda a gente conhece, e é uma questão que procuramos limitar, em termos de não trazê-la à praça pública, mas acabei por dizer mesmo aqui, tendo em conta que estamos perante Deputados, que são pessoas de uma Casa que apresentam, trabalham e procuram ver as coisas com detalhes. Era só para lhe dizer que pela especificidade própria, esses valores são para aquisição de materiais de aquartelamento, ao nível dos quartéis e dos comandos, nós, hoje, temos imensos problemas. Temos, inclusive, forças nossas a dormirem dentro de sacos apropriados, mas são sacos para questões de campanhas, não para serem usados nas casernas.

Se qualquer um de vós for agora visitar o quartel, é uma pena, não temos nada. Desde colchões, camas, armários, etc., etc., No quartel ambas as casernas estão desfalcadas. Se formos para o centro de instrução militar também é a mesma coisa. Depois a polícia, nem quero falar, é uma desgraça total.

Portanto, esse valor vem nesse âmbito, adquirir esses mesmos materiais para ver se criaremos condições mínimas e dignas, que a própria natureza exige, para as nossas forças.

Não se vai por outro campo, porque aqui, é verdade, não estamos a dizer da compra de materiais bélicos, isso é mais sobre questões de aquartelamento. Era só para responder a essa questão para não ficar debaixo de dúvidas.

Se formos ver a questão da residência do comandante da Região Autónoma do Príncipe, há bem pouco tempo estive lá e vi o estado em que o Sr. Comandante vive. É de lamentar. Só para vos dizer que, às vezes, os porcos têm melhor tratamento que um ser humano.

Para aqueles que vão ao Príncipe, ao entrar a cidade, do lado direito está a residência do Comandante das Forças Armadas do Príncipe. Portanto, há uma necessidade rápida de tentarmos dar início a construção de uma residência para o Comandante.

Por isso, ela vem espelhada cá neste orçamento e vamos fazer tudo quanto for possível junto do Governo regional. Já temos o terreno identificado e este ano vamos iniciar as obras de construção do edifício.

Também temos o comando de Porto Alegre. É verdade que lá temos a Polícia e as Forças Armadas num mesmo edifício. Não era esse o nosso desejo, não é nosso propósito ter isto, é uma questão que também nos preocupa e vamos, este ano, ver o que podemos fazer e retomar a construção para que possamos separar as duas instituições.

É verdade que até então tem havido aquele bom entendimento entre ambas as forças, mas não sabemos se a qualquer poderá surgir situações, por isso, queremos evitar. Tudo isso está projectado para este ano, para pelo menos iniciarmos e concluirmos posteriormente.

Para dizer também que há a construção de residência e há a reabilitação do edifício na Região Autónoma do Príncipe para a Polícia. O estado do edifício onde está o Comando da Polícia também está em péssimas condições, é precário mesmo e necessita de uma intervenção urgente. É verdade que temos algumas limitações que são mesmo de circulação, transporte de materiais para a Região Autónoma do Príncipe, mas esperamos que esta questão possa vir a ser superada, com o andar do tempo.

Levantou uma questão o Sr. Deputado Príncipe, que não sei o nome...

O Sr. António Barros (MLSTP/PSD): — António Barros.

O Sr. Ministro da Defesa e Segurança Pública: — António Barros, peço desculpas. Levantou a questão se os seguranças que perdem todas essas horas connosco, se têm alguma compensação. É só para lhe dizer que é uma preocupação. Não há compensação nenhuma, somente aquilo que recebem como salário é que têm direito.

O Sr. António Barros (MLSTP/PSD): — Portanto, não há uma forma de se arranjar essa compensação? Porque são vários os sectores que têm serviços de segurança do Estado.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças para responder a essa questão.

O Sr. Ministro das Finanças e Cooperação Internacional (Américo Ramos): — Sr. Presidente, era só para responder à questão levantada pelo Sr. Deputado António Barros. É claro que isto não está no orçamento do Ministério da Defesa, porque neste ministério os seguranças recebem as suas compensações enquanto seguranças, enquanto funcionários. Mas nos ministérios onde são afectos, é-lhes atribuído, sim, uma compensação salarial pelo tempo em que estão à disposição, 24 sobre 24 horas, dos dirigentes.

Portanto, o Ministro da Defesa tem conhecimento daquilo que é o salário, mas as outras compensações vêm nos orçamentos dos ministérios.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Descentralização, para um esclarecimento.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares e da Descentralização** (Arlindo Ramos): — Sr. Presidente, é só para complementar o esclarecimento dado pelo Sr. Ministro da Defesa, sobre aquilo que o Sr. Presidente levantou em relação ao orçamento do Ministério da Defesa e Segurança Pública, quando disse que houve um grande aumento em relação ao orçamento da Defesa, enquanto o da Assembleia baixou. Mas a questão é que no ano 2010 era «Ministério da Defesa» e este é «Ministério da Defesa e Segurança Pública». É só para explicar de modo que esta situação não fique no ar.

O Sr. **Jorge Correia** (PCD): — Sr. Ministro, muito obrigado pelo esclarecimento.

Há bocado o Sr. Ministro disse que, relativamente a questão de Porto Alegre, está projectada a construção ou recuperação de alguma coisa, mas essa projecção não está esplanada aqui no orçamento. É um aspecto.

Um segundo aspecto, sei que há compromissos que o Governo tem com as forças, e não só, também com outros ministérios, daí que tem que atender aqui e acolá, estabelecer um equilíbrio de modo a que a balança fique equilibrada.

Mas, Sr. Ministro, a construção no Príncipe é caríssima e, sendo as duas coisas no Príncipe, não seria bom optarmos por uma, ajudar os valores, fazer uma determinada coisa, acabar e depois começar outra? Porque 40.000 Euros para a construção da residência, o Sr. Ministro disse que é para dar início, mas dar início para acabar quando?

«Reabilitação do edifício da Região Autónoma...», pelo que sei daquele edifício também deve exigir uma reabilitação profunda. Também 40.000 Euros chegarão?

Uma outra questão que gostaria de levantar aqui é a questão da polícia nos distritos. O Sr. Ministro falou e muito bem, se formos ao quartel e aqui mesmo ao Comando da Polícia, as coisas estão péssimas, mas há alguns centros distritais da polícia que a situação é, por vezes, gritante.

E há outra questão que também me preocupa, sobremaneira, em relação à polícia nos distritos, que é não haver uma cela ou um espaço seguro para manter os detidos, em muitos casos ou, pelo menos, em alguns casos que conheço. Gostaria de saber se há alguma possibilidade, juntamente com o Sr. Ministro das Finanças, ...

Protestos do Sr. Ministro da Descentralização.

Não, mas há bocado o Sr. Ministro da Defesa fez a mesma coisa, só disse Finanças e o Sr. Ministro não teve a amabilidade de fazer a correcção. Portanto, gostaria de saber se é possível a gente encontrar um meio-termo para tentar resolver essas coisas.

Falamos de um dos eixos das GOP, que é o IV Eixo, creio eu, «Reforço da autoridade do Estado». Esse reforço faz-se, sim senhor, de outra maneira, com a Comunicação Social, com um conjunto de coisas, mas também há a parte repressiva e essa parte deve estar, minimamente, preparada com alguns meios mínimos para poder responder às acções a que são chamadas.

Rubrica 2832, «Aquisição de meios rolantes para as forças...», depois diz «meios tácticos e operacionais», vejo meios rolantes como aquilo que tem rodas, agora, mas quando se fala de meios tácticos, não sei se carros especiais, ou coisa do género.

O Sr. Presidente. — Tem a palavra o Sr. Deputado Idalécio Quaresma para uma intervenção.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Sr. Presidente, aqui o Sr. Deputado Jorge Correia levantou uma questão que também me preocupa, que é sobre o aquartelamento dos militares na zona sul, concretamente em Porto Alegre.

Mas, recordo-me bem, esta Assembleia aprovou no OGE 2010, no seu ponto 06002990 «Construção de aquartelamento de Porto Alegre», uma verba de cerca de 800 mil milhões de Dobras com financiamento do fundo de receita de privatização; «Construção de destacamento avançado de São Miguel», também do fundo de privatização. Isso quer dizer que dessas duas verbas não houve execução. É sobre essa questão que queria perguntar ao Sr. Ministro o ponto de situação, tendo em conta que houve ou, pelo menos, havia dinheiro, não era do Tesouro, era do fundo de privatização, que vinha da ENCO.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Defesa.

O Sr. **Ministro da Defesa e Segurança Pública**: — Sr. Presidente, há dias estivemos aqui a discutir o OGE e todos ouvimos cá que daquilo que produzimos é só 7% e por volta de 70%, com a correcção feita, dizíamos nós 93%, mas houve quem visse que cerca de 70% vinha da ajuda externa.

Toda a gente sabe que este Governo é um Governo de quatro anos. E na condição de Governo de quatro anos nem tudo podemos fazer no espaço de um ano.

Há coisas que temos projectado, mas não está orçamentado. Se vivemos de ajuda externa é necessário que sejamos expeditos — não vou utilizar o termo complacente. Era preciso vermos que há questões que, numa primeira hora, entendemos que é prioritário e vale a pena iniciarmos do que não fazermos nada e pertermos a verba.

Quero dar o exemplo da construção da habitação do comandante da Região Autónoma do Príncipe, que já vem de alguns anos com um orçamento de mil milhões para dar início, mas não se fez. Conforme já se disse cá que, em

termos de acções, sobre um governo de continuidade, não obstante termos os nossos eixos, entendemos priorizá-lo para este ano. Vamos iniciar e cada vez que vamos encontrando verbas para o efeito, concluímos. Entendo que não vale a pena estarmos a apresentar tanta coisa que depois, no final de tudo, nem uma nem outra faremos! É bom que a gente comece por aquelas que entendemos que é prioritário e todas essas que temos aqui são nossas preocupações.

Quero dizer aos Srs. Deputados que há coisas que poderemos superar em pouco tempo, através mesmo da cooperação com os países que temos. Como materiais de aquadrago, camas, colchões, etc. Estamos encetando contactos com os países amigos para ver se conseguimos também resolvê-lo. Se do orçamento não se consegue a verba, mas por outros meios tentamos conseguir equilibrar as coisas.

Portanto, quando o Sr. Deputado levanta a questão de uma cela ao nível dos comandos distritais. Sei que quis falar, talvez, do distrito de Cantagalo, onde esteve durante muito tempo. Quero dizer-lhe que a sua preocupação é bem-vinda, que também é nossa.

Porque há situações em que somos obrigados a superlotar o comando distrital de Água Grande, e tendo, sim senhor, uma cela lá no comando distrital de Cantagalo é bem-vindo. É uma preocupação e vamos registar. Por acaso ainda não tive, mas vou começar, já dentro de poucos dias, a visita por todos os comandos distritais para conhecer de perto as necessidades.

Não posso ouvir só e determinar, tenho que ir ver. Está agendado para a partir da próxima semana, inclusive, também o Ministro dos Assuntos Parlamentares, conforme tem o pelouro da descentralização, das câmaras, etc., que fossemos fazer visitas a todos os distritos. Agendamos já o distrito de Lembá, para conhecermos as dificuldades e as necessidades dos distritos.

É só para dizer que registo isso, porque é uma preocupação, tanto sua como minha e acho que é também dos outros.

Falou aqui dos meios rolantes e os meios táticos operacionais. Tenho até dificuldades em dar a resposta ao Sr. Deputado, porque meio rolante é aquele que tem rodas, mas quando referimos a meios rolantes temos que saber especificar bem as coisas.

Estamos a falar de uma força armada, temos que saber que tipo de meios vamos ter que colocar à disposição dessa força, que é totalmente diferente de uma outra instituição qualquer. Devo dizer-lhe o seguinte: quando falamos de «meios rolantes táticos e operacionais» estamos a referir-nos àqueles que se destinam ao transporte e reboques de combate. Hoje, se formos ver ao nível do nosso comando, quase que não temos nada disso. Aqueles meios que deviam ser exclusivamente de militares não temos, estamos a remediar. É isso que queremos que um dia as nossas forças venham a ter.

Isso não é uma coisa que se faça de um dia para o outro. Podemos dar início e daqui a quatro anos um outro vir a concluir. Mas há diferença entre «meio rolante» e «meio rolante tático e operacional».

Murmúrios do Sr. Deputado Jorge Correia.

Se a minha explicação não está a ser muito correcta para si, peço a permissão do Sr. Presidente, tenho cá elementos das forças, para isso vieram comigo e são pessoas que podem explicar tudo com mais detalhes. Infelizmente, nunca fui militar e estou a responder muitas questões das Forças Armadas.

Risos.

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro, se julgar necessário, os seus colaboradores poderão esclarecer aquilo que julgar necessário.

Tem a palavra o Sr. Marçal Lima, para os devidos esclarecimentos.

O Sr. Director da Política de Defesa Nacional (Marçal Lima): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, boa tarde.

Para dizer que, de facto, como dizia o Sr. Ministro, os meios táticos operacionais destinam-se a reboques de materiais especializados. Hoje as Forças Armadas confrontam-se com uma grande dificuldade. Tornando-se necessário evacuar o quartel para uma outra região, em caso de alguma emergência, não temos transportes à altura para rebocar os meios de combate disponíveis. Uma carrinha *Dina*, por exemplo, não reboca um canhão de 85 milímetros. Para rebocá-lo tem que ser um camião que não há no mercado. Dependendo da classe de canhões que tivermos, não será possível tirá-los do lugar onde estão, em termos de deslocação tático operacional para uma outra região.

As cozinhas de campanha que temos para cozinhar em sessões fora do quartel, têm que ser rebocadas, pesam toneladas; temos meios de transmissões que são rebocáveis que também têm que ser rebocados com camiões que pesem toneladas. Não são camiões *Pick Up*, não são carros ligeiros, são camiões com tracção às quatro rodas e com uma capacidade de potência para retirá-los para fora do quartel. Sem falarmos de outros meios, que não quero aqui mencionar.

Em relação à questão que foi levantada pelo Sr. Deputado Idalécio Quaresma, de facto, tínhamos projectado para 2010, a construção do quartel de Porto Alegre e São Miguel. Eram verbas que estavam alocadas e, por razões alheias a nossa vontade, elas não foram executadas. Como dizia o Sr. Ministro, tendo em conta, às vezes, o financiamento não é disponível em tempo oportuno para a sua execução. Essa acção continua.

O Governo tem no seu programa a descentralização dos quartéis. O quartel de São Miguel é de importância fundamental. É a parte Este da ilha que está ermo, quase deserta, que liga Ponta Furada a Porto Alegre, é a parte da ilha que está mais desguarnecida. O destacamento de São Miguel tem essa função, de mediante patrulhas apeadas cobrir aquela zona. Hoje com o tráfico de drogas, com a criminalidade violenta, desembarca-se naquela zona, aquartela-se, organiza-se e desce-se para a capital e não nos apercebemos. É fundamental que se construa o destacamento de São Miguel para vigiar aquela parte da ilha.

De facto, para o orçamento de 2012, temos que encontrar formas de alocar verbas para a construção daquela obra.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro para complementar.

O Sr. Ministro da Defesa e Segurança Pública: — Era só para completar essa questão de São Miguel. Para dizer que através da cooperação estamos a tentar junto dos Estados Unidos da América ver até onde eles poderão ajudar-nos, pelo menos, em termos de abertura de vias de acesso e depois o resto tentaremos ver.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Ramos.

O Sr. António Ramos (MLSTP/PSD): — Sr. Ministro, caso não tenha visto isto, mas sei que hoje em dia fala-se do reforço da autoridade do Estado, e quando se fala disso uma das componentes é a Polícia e outros órgãos. Mas, infelizmente, não vejo aqui como tipo de um apoio jurídico aos polícias. Porque hoje em dia há sempre resistência, há os motoqueiros que atropelam até os polícias e não sei até que ponto, onde é que isto está aqui no orçamento, se há uma verba destinada para esse assunto: Apoio jurídico ou social.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Idalécio Quaresma para uma intervenção.

O Sr. Idalécio Quaresma (ADI): — Sr. Presidente, não venho aqui para contrariar nem muito menos para criar algum diálogo.

Mas a grande questão que nos preocupava, é que isso foi um assunto muito debatido aqui no Parlamento no OGE passado. Tendo em conta que sabíamos da existência da verba, porque a verba existe ou, pelo menos, existiu. Inclusive, sobrou uma parte que foi alocada neste orçamento. Portanto, sabendo da importância desses dois locais, quer o aquartelamento de São Miguel quer o de Porto Alegre, é por isso que levanto essa questão. Havendo verba, porquê não demos início a esses trabalhos?

A minha preocupação é só essa.

O Sr. Presidente: — Pediríamos, talvez, o apoio do Sr. Ministro das Finanças para depois esclarecermos isso, tendo em conta a sua tradição de acompanhamento e envolvimento na questão de execução orçamental.

Todavia, vamos dar palavra ao Sr. Deputado Jorge Correia para as questões que queira colocar.

O Sr. Jorge Correia (PCD): — Sr. Presidente, o que eu gostaria de chamar a atenção é que o nosso trabalho, aqui no Parlamento, não pretendemos, de maneira alguma, com as nossas intervenções exigir deste ou daquele ou atacar este ou aquele.

O que preconizamos, inclusive, é ajudar certos ministérios que, por esta ou aquela razão, não conseguiram resolver determinadas coisas, e estando aqui o Ministro das Finanças, a função nossa é alocar verbas dos locais onde podemos encontrar para resolver este ou aquele problema deste ou daquele ministério, desta ou daquela força.

Este é um dos trabalhos fundamentais, também. Portanto, se, porventura, houver uma força que achar que é uma coisa imprescindível e se discutirmos aqui que é prioritário, podemos alocar verbas de um outro lado para isso. Por isso é que falamos disso.

Daí que, acho que aquilo que estamos a fazer é favorecer o Sr. Ministro e não o contrário! Ou melhor, favorecendo as forças e não o contrário!

Tenho o belo prazer de saber que o Sr. Ministro, rapidamente, aprende, tendo em conta que não foi militar. Eu fui militar e está a aproveitar para me dar alguns ensinamentos.

Por acaso, quando falei dos meios rolantes e tácticos estava apenas a querer saber que tipo de meios tácticos, nesse contexto de meios rolantes, mais nada.

O Sr. Ministro da Defesa e Segurança Pública: — Está bem.

O Orador: — Ok, está esclarecido.

Também não gostaria que o Sr. Ministro me pusesse a questão por ter sido Presidente de Cantagalo, e a cela é em Cantagalo...

Risos.

Não é, pode até não ser. Mas sei que não é só o problema de cela para os presos. Há comandos distritais que nem uma cama em condições há para um polícia dormir. Não sou polícia, mas sei quais são os problemas que a Polícia tem.

Se não houver polícias, os problemas que as pessoas têm lá nos respectivos distritos, ...o polícia dá indicações a um indivíduo que cometeu uma infracção qualquer, ele resolve ir-se embora e vai. o polícia não tem meios para persegui-lo.

Já agora, falo de um distrito que conheço, onde vivi. Um indivíduo comete uma infracção hoje, e vai a Colónia Açoriana. o polícia vai lá procurá-lo e não o encontra, amanhã já não vai, porque não tem meios nem combustível. Se o apanha, se ele se escapa, porque as condições do polícia não são as melhores para o deter lá.

Depois, o grande problema, quando se fala da autoridade do Estado, é que ninguém mais procura o indivíduo. Ele desapareceu, tentam procurá-lo um ou dois dias, não o encontram e ficou. O indivíduo fica lá e volta a cometer as mesmas coisas. Ele até vangloria-se, «eu fui lá a polícia e o que é que fizeram? Não me fizeram nada pá...!», lá mesmo no local.

Portanto, Sr. Ministro, o que queremos, precisamente, é ver prioridade das prioridades e ver onde é que a gente pode ir buscar qualquer coisa para cobrir essa prioridade. É nesse contexto.

Protestos do Sr. Ministro das Finanças e Cooperação Internacional.

O Sr. Ministro das Finanças já está a abanar a cabeça, mas é real. Em relação à construção, Sr. Ministro, o que estava a propor é o seguinte: estou de acordo que se dê início, mas uma vez dado o início essa construção não vai acabar e a lacuna continua na mesma, essa reabilitação, para mim, devia ser profunda, porque tenho noção daquela casa.

Inclusive, as duas sendo do mesmo sítio, no Príncipe, porquê que não ajuntamos essas duas verbas e fazemos uma coisa? Acaba, vamos procurar verbas no próximo ano e voltamos a fazer outra coisa. Começar uma obra com 40 000 Euros aqui em São Tomé é uma coisa, e começar uma obra com 40 000 Euros no Príncipe é outra coisa. O preço de um saco de cimento varia nas duas ilhas.

Portanto, o que eu estava a propor, na minha opinião, era: em vez da construção da residência do comandante e a reabilitação do edifício, ver qual dessas obras é mais prioritária e que possibilidade de dar resposta já a alguma situação, tentarmos pegar 40 mais 40 e fazer isso; acabou, vamos começar outra.

Mas, Sr. Ministro, insisto, insisto e insisto, esta questão da zona Este, fui militar e conheço Santo António Mussacavu e São Miguel, já lá estive. A situação que vivemos hoje em São Tomé, se quisermos, realmente, ter a autoridade do Estado, ter o controlo do nosso território, a vulnerabilidade lá é muito grande e deve-se lutar para que realmente se tenha condições de ter lá militares, para patrulharem, controlarem e, inclusive, não só no aspecto de situações que possa vir de fora, mas mesmo problemas internos.

Desde a época colonial, já ouvíamos falar de «fugido», um indivíduo que sai daqui na cidade e se refugia no mato. O senhor calcula que alguém que faça alguma coisa aqui, que está à procura dele e que vai-se refugiar lá no mato, alguém o vê? Mas se a gente tiver lá uma unidade que circula constantemente, primeiro, acção dissuasora, ele nem vai lá! Portanto, é mais ou menos isso.

Sr. Ministro, por favor, não estamos a fazer nada no aspecto de desfavorecer o seu ministério. Pelo contrário, se o senhor achar que há algum sítio, com as suas forças, obviamente, onde a gente possa ir buscar, por favor diga, a gente vai buscar e o Sr. Ministro das Finanças tem que aceitar.

Murmúrios.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. Ministro das Finanças e Cooperação Internacional: — Sr. Presidente, é só para comentar um pouco aquilo que o Sr. Deputado Jorge Correia acabou de dizer.

Realmente, esta discussão na especialidade é para aperceber aquilo que é opção de cada ministério e as prioridades e ajudar, com certeza, a melhor essa ou aquela opção. Mas não concordo que seja ajudar o ministério a ir buscar verbas outros sectores para reforçar o seu sector.

Para isso os sectores têm o Governo, onde defendeu essas opções e, no momento da execução, se for uma opção que tem no seu orçamento, cuja a verba não é suficiente, ele tem a opção no instrumento «reforço» que lhe permitirá reforçar a verba, tirando de outra instituição. Mas o Sr. Ministro, se vier a Assembleia Nacional e pedir para que lhe ajude a aumentar a sua verba, acho que estaria a cometer um erro.

Perguntaria o que é que o Sr. Ministro estava a fazer quando estava nas discussões do Governo? Tanto o Ministro como os seus técnicos.

Portanto, entendo e é natural, quando o Sr. Deputado levanta essa questão, que os técnicos fiquem um bocado excitados, dizendo «é nossa vez...». Porque aquilo que os técnicos propuseram para o orçamento não é aquilo que aparece. Claro que há a necessidade de fazer circunscrever as necessidades do sector à verba existente.

Eu diria, se estivermos aqui a fazer esse exercício de ir a um outro sector buscar verbas para reforçar a Defesa, quando chegarmos a esse sector o que é vamos dizer? Portanto, é preciso que a gente saiba como tratar essas questões. Se for reforço dentro do próprio sector, se o Ministério acha, está muito bem, mas ir ao outro sector para

reforçar o sector presente, acho que não estaríamos a fazer um bom exercício. Poderíamos incorrer em erros que, depois mais tarde, nos traria outros problemas.

Em relação à questão da construção do centro de São Miguel, estava no orçamento do ano passado e com a verba disponível, mas há essa componente que o Sr. Ministro fez referência, que é o acesso. Sem o acesso, como é que se iria levar as coisas. Era preciso que, inicialmente, se desse resposta à questão de acesso e depois pensar-se na construção. Por isso, essa verba o Ministério da Defesa reorientou para execução das outras actividades.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Correia para um pedido de esclarecimento.

O Sr. Jorge Correia (PCD): — Sr. Ministro, por exemplo, no Ministério da Defesa, em quase todos os ministérios a gente vê apoios institucionais. O Ministério da Defesa tem apoio institucional?

O Sr. Ministro das Finanças e Cooperação Internacional: — Não, não.

O Orador: — Mas, penso que aí o Sr. Ministro das Finanças e Cooperação Internacional, nas discussões com os parceiros, porque disse que esses apoios vêm deles, poderia, eventualmente, também o Ministério da Defesa ter algum apoio institucional para, onde pudesse acautelar por essas pequenas coisas.

Desculpe, mas são anotações.

O Sr. Ministro das Finanças e Cooperação Internacional: — Portanto, já expliquei, acho que foi aqui, que o apoio institucional é para os órgãos de soberania e é com o financiamento de Taiwan. Se me perguntarem, «o Ministério da Defesa tem apoio institucional?», o Sr. Ministro da Defesa pode dizer que «não», mas eu digo que «sim». Porque tem a ajuda alimentar.

Risos do Sr. Ministro.

O Sr. Presidente: — A observação que faz o Sr. Deputado Jorge Correia não é de todo despropositada, e aquilo que defende o Sr. Ministro também não é despropositado.

Ou seja, o Governo, ao apresentar o OGE, faz as suas opções e essas são as opções do Governo, e como eu disse, inclusive, o Sr. Primeiro-Ministro no seu discurso na generalidade, creio que foi no discurso de apresentação, avançou uma frase que muita gente não entendeu. Talvez resultante da sua primeira experiência enquanto Primeiro-Ministro, em que desvirtuou-se quase por completo o seu orçamento, ele chamou a atenção para não se desvirtuar.

É verdade que os governos devem governar com orçamentos e prioridades que eles elegem e não com as prioridades e os orçamentos que a oposição quer impor. Quando assim acontece, o Governo só tem uma solução: ou fica e governa com o orçamento da oposição, ou então diz que com esse orçamento não governa.

No entanto, a observação que o Sr. Deputado Jorge Correia faz é porque a Assembleia Nacional tem uma responsabilidade na aprovação do Orçamento. Sem ter essa tese de «desvirtuar», os ajustes podem ser feitos. Mas é preciso que esses ajustes não resultem também apenas de uma observação simples. Que resulte de uma discussão aturada e que a Assembleia Nacional procure convencer o Governo sobre a necessidade, eventualmente, de uma questão pontual, porque não pode ser muitas questões, sob pena de desvirtuar o Orçamento, mas sobre uma questão muito concreta, em que da análise feita, ou o Governo não se apercebeu, ou os Srs. Deputados conseguem ter uma visão que possa tentar convencer o Governo e chegarmos a esta conclusão.

Isto para dizer que aqui, a responsabilidade dos Srs. Deputados é no sentido de, de facto, melhorar e não de desvirtuar o orçamento que um governo apresenta. Aliás, como sabe, são das tais matérias que só o Governo tem iniciativa de apresentação. Os deputados têm várias iniciativas legislativas, mas em relação ao orçamento e questões de natureza financeira está vedado aos deputados poder ter iniciativa sem que o Governo se pronuncie. Porque quem tem o controlo do dinheiro público é o Governo.

Queria fazer esse remarque.

Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças para uma intervenção.

O Sr. Ministro das Finanças e Cooperação Internacional: — Sr. Presidente, é só para complementar um pouco aquilo que disse o Sr. Presidente. Tivemos exemplos concretos de alterações de valores do orçamento, que na prática não traduziram em nada.

O actual Primeiro-Ministro na altura quando foi Primeiro-Ministro fez-se alteração dos apoios institucionais, tirando de um lugar para o outro, cortando uma verba para outra, mas como ao nível de acordos com os parceiros esses valores são quase que fixos. Não se pôde fazer a distribuição, na prática, daquilo que estava no orçamento. O que trouxe é mais problemas para o sector da execução, porque quando ele ia executar a verba que estava programada era inferior àquilo que o doador pôs à disposição, que não podia ser transitado para um outro sector porque tinha coisas concretas. Tinha-se que reforçar a verba para permitir que se fizesse a execução do orçamento.

Portanto, é bom que tenhamos cuidado e é preciso que sejam verbas que permitam que se façam esse tipo de ajustes.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Defesa para responder.

O Sr. Ministro da Defesa e Segurança Pública: — Sr. Presidente, respondendo a preocupação do Sr. Deputado António Barros, se é que entendi bem a pergunta em termos do reforço da autoridade do Estado...

O Sr. António Ramos (MLSTP/PSD): — António Ramos!

O Orador: — António Ramos, peço desculpas.

O Sr. José Diogo (ADI): — São vários Antónios!

O Orador: — Quero dizer-lhe que as forças e serviços de segurança têm um estatuto que já foi aprovado. O que nos falta é completar esse estatuto com outros dispositivos.

Quero lhe dizer que está projectado a elaboração da Lei de Segurança Interna e vamos anexar a ela outros dispositivos para que a polícia em si tenha um suporte, mesmo em termos da sua actuação. Não sei se é sobre isso que se referia.

Em termos de apoio jurídico, em termos de autoridade do Estado, do meu ponto de vista, só podia ser este.

O Sr. António Ramos (MLSTP/PSD): — Não me convence.

O Orador: — Não se convence? A não ser que quisesse fazer a pergunta de outra forma para que eu pudesse entender. Porque diz-me «reforço de autoridade do Estado...», referiu-se à polícia e perguntava qual é o apoio jurídico que existe.

O Sr. António Ramos (MLSTP/PSD): — Sr. Ministro, como estou sempre ao lado dos polícias sei mais ou menos o que se passa com eles. Quer dizer, as pessoas hoje não respeitam e têm tendência a refilar e, normalmente, um polícia é confrontado com situações em que é forçado a recorrer à força. Hoje em dia existem os advogados, mas um polícia não tem meios financeiros, por exemplo, para se defender...

O Sr. Presidente: — Que meios? Financeiros?

O Orador: — Sim, para recorrer aos advogados.

O Sr. Presidente: — Ah, bom!

O Orador: — Há casos de atropelamento de polícias em serviço, não vejo aqui uma verba destinada para esses fins.

Se entendi bem a questão, qualquer instituição do Estado tem o seu advogado, que é o Ministério Público. Que, em qualquer circunstância, devemos recorrer.

Agora, uma coisa é ter advogado do Estado e termos os apoios jurídicos que temos, que é ter juristas dentro das instituições. Mas o advogado do Estado é o Ministério Público.

Por exemplo, se um polícia for agredido, aliás, aconteceu há dias, em que dois cidadãos são-tomenses agrediram um polícia. Imaginemos que este caso chegue ao tribunal! Temos que pedir o nosso patrocínio jurídico, que é o Ministério Público, para responder em nome do Estado.

O Sr. Presidente: — Julgo que estas questões estão suficientemente esclarecidas. Não sei se os Srs. Deputados têm ainda outras questões a colocar.

Recapítulo, dizendo que relativamente ao Ministério da Defesa e Segurança Pública não houve nenhuma proposta de alteração, ...

O Sr. Jorge Correia (PCD): — Sr. Presidente, a questão das casas...!

O Sr. Presidente: — Eu chego lá.

Em termos de valores houve apenas, de acordo com a preocupação levantada pelo Sr. Deputado Jorge Correia, um acerto. Aliás, tinha sido feito, segundo as palavras do Sr. Ministro da Defesa, na rubrica 3362, ou seja «Aquisição de materiais e equipamentos para os serviços de defesa e ordem pública» e tínhamos duas rubricas: uma de 16 biliões e outra de um bilião, ficou fundida, sendo agora de 17 biliões e 645 milhões.

Há a questão que o Sr. Deputado Jorge Correia também levantou, da necessidade da fusão da questão relacionada com a construção da residência para o comandante militar e a reabilitação do edifício em Região Autónoma do Príncipe. Mas, segundo as palavras do Sr. Ministro, tem como opção a manutenção das duas rubricas no sentido de se dar início às duas operações.

Portanto, sendo esse o desejo firme do Governo, julgo ser aconselhável deixar que as rubricas assim fiquem e, Sr. Deputado, ao longo do acompanhamento da execução do orçamento, terá ocasião de saber se tinha ou não razão.

Se estiver de acordo com isso, Srs. Deputados, Srs. Ministros, vou também considerar adoptado, por consenso, o subcapítulo relativo ao Ministério da Defesa e Segurança Pública.

Aproveito o ensejo para declarar encerrada a reunião de hoje, convidados e VV. Excelências, Srs. Deputados e Srs. Ministros das Finanças e dos Assuntos Parlamentares e Descentralização, para estarem cá connosco amanhã às 08 horas, onde iniciaremos as actividades com o Ministério da Justiça, abordando não só este Ministério como também os Tribunais.

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares e da Descentralização: — Sr. Presidente, agradecia que nos desse o calendário das discussões.

O Sr. Presidente: — Sim, sim. Sr. Técnico Alcino, agradecia que depois distribuísse, se não tem presente, pelo menos amanhã de manhã, o novo calendário aos Srs. Ministros e aos Srs. Deputados. Tem aqui?

O Sr. Alcino Afonso (Técnico do DAPC): — Sim, sim.

O Sr. Presidente: — Comece, por favor, pelos Srs. Ministros, nossos convidados, sobretudo os Srs. Ministros das Finanças e o da Descentralização. Apenas esses dois, os outros já não precisam. O Sr. Ministro da Defesa já não precisa do calendário porque já está despachado.

Risos.

Bom almoço a todos e até amanhã.

Eram 13 horas e 45 minutos.